

Campinas, 15 de fevereiro de 2017.

Of. 18.911/17 – O.E.

Assunto: Esclarecimentos. Pregão Presencial nº NLP-001/2017

Prezados Senhores,

Em resposta ao pedido de esclarecimento, o qual nos foi remetido por meio de correio eletrônico, conforme descrito abaixo, o Comitê Brasileiro de Clubes - CBC, por intermédio de seu Pregoeiro, vem esclarecer o que segue:

Pergunta: “em relação ao item 11.2.4 do edital, que objetiva um controle eficaz e melhor transparência na cobrança dos serviços por parte o fornecedor, já que as empresas aéreas não informam o valor da tarifa, nos cartões de embarque e seguindo a regra do Acórdão TCU 1314/2014 - Plenário , determina:

‘11.2.4 - Deverão ser entregues todas as notas fiscais ou faturas emitidas pelas companhias aéreas, relativas às passagens aéreas compradas e constantes das faturas, no momento de sua apresentação para pagamento. (Acórdão TCU nº 1314/2014 – Plenário).’

Em 13 de dezembro de 2016 a ANAC publicou a Resolução 401, que torna obrigatória a inclusão do valor da passagem aérea no cartão de embarque (anexo)

A Resolução entrará em vigor em 14 de março de 2017.

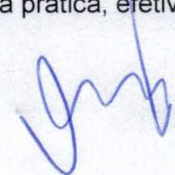
Com a nova determinação, continuará a obrigação de enviar as notas fiscais da companhia aérea?

http://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/resolucoes/resolucoes-2016/resolucao-no-401-13-12-2016/@@display-file/arquivo_norma/RA2016-0401%20-%20Retificada.pdf

RESPOSTA: A medida criada na Resolução mencionada pela empresa interessada, qual seja, a Resolução nº 401 da ANAC, de 13 de Dezembro de 2016, ainda não começou a produzir seus efeitos.

Dessa forma, este Pregoeiro entende que: **a)** se a referida Resolução, de fato, entrar em vigor; e **b)** se a inclusão do preço de passagem aérea no cartão de embarque, de fato, garantir a transparência no controle das despesas com transporte aéreo; a exigência do subitem 11.2.4 do edital restará superada e o futuro contratado estará dispensado desta obrigação.


Portanto, a exigência do subitem 11.2.4 fica mantida no edital da licitação e na minuta de contrato, até que o disposto nas alíneas “a” e “b” desta resposta sejam, na prática, efetivados.



Nada mais havendo a tratar, informamos que continuamos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos no prazo regulamentar.

Em atenção aos princípios constitucionais da publicidade e da isonomia, a presente resposta será encaminhada a todas as empresas que requisitaram o Edital citado, bem como publicada no sítio eletrônico do CBC.

Atenciosamente,



Delvair Rodrigues Trindade
Pregoeiro do CBC